CLASSIFICACAO		RUBRICAS	EM CONTOS		REFERENCIA
ORGANICA	ECONOMICA		REFORÇOS OU INSCRICOES	ANULACOES	A AUTORIZAC. MINIS- TERIAL
	07.00.00	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL			
	07.01.00	INVESTIMENTOS			
8.09.0	07.01.07	MATERIAL DE INFORMATICA	1 243*		70*
8.09.0	07.01.08	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	4 614*		110*
TOTAL DO CAPITULO 02			71 754*	71 754*	
03		INSPECCAO-GERAL DE JOGOS			
01		SERVICOS PROPRIOS			
	07.00.00	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL			
	07.01.00	INVESTIMENTOS			
	07.01.03	EDIFICIOS			
8.08.0	A	DOTACAO COM COMPENSACAO EM RECEITA			12 000*
	07.01.07	MATERIAL DE INFORMATICA			
8.08.0	A	DOTACAO COM COMPENSACAO EM RECEITA	12 000*		
TOTAL DO CAPITULO 03			12 000*	12 000*	
TOTAL DO MINISTERIO			117 159*	117 159*	

9.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 29 de Janeiro de 1992. — O Director, *Fernando da Cruz Fernandes*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/92/M

Altera o Estatuto do Centro de Estudos de História do Atlântico

O Decreto Legislativo Regional n.º 3/91/M, de 8 de Março, dota o Centro de Estudos de História do Atlântico de autonomia administrativa e financeira, pelo que importa proceder às respectivas alterações estatutárias.

Assim, o Governo Regional da Madeira, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição e da alínea *d)* do artigo 49.º da Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, decreta o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 3.º do Estatuto do Centro de Estudos de História do Atlântico, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/88/M, de 15 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3.º

Órgãos e serviços

O Centro compreende os seguintes órgãos e serviços:

- a) Presidente;
- b) Direcção;
- c) Conselho administrativo;
- d) Conselho consultivo;
- e) Secção administrativa.

Art. 2.º É aditada ao Estatuto do Centro a secção II-A, sob a epígrafe «Do conselho administrativo»,

que compreende os artigos 5.º-A, 5.º-B e 5.º-C, com a seguinte redacção:

SECÇÃO II-A

Do conselho administrativo

Artigo 5.º-A

Conselho administrativo

1 — O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria de gestão financeira, com a seguinte constituição:

- a) O presidente do Centro, que preside;
- b) O secretário do Centro;
- c) O funcionário de maior antiguidade da secção administrativa do Centro.

2 — O presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo vice-presidente.

3 — O conselho administrativo é secretariado por um funcionário do Centro, a designar pelo presidente.

Artigo 5.º-B

Competências do conselho administrativo

1 — Ao conselho administrativo compete:

- a) Promover a elaboração e execução do orçamento do Centro;
- b) Zelar pela cobrança das receitas e promover o seu depósito;
- c) Autorizar a adjudicação e contratação de estudos, obras, serviços e fornecimentos e acompanhar a sua execução;

- d) Verificar a legalidade das despesas e autorizar o respectivo pagamento;
- e) Apreciar o relatório anual de actividades do Centro;
- f) Aprovar as contas de gerência do exercício e submetê-las, nos termos legais, ao julgamento da Secção Regional do Tribunal de Contas;
- g) Deliberar sobre quaisquer outros assuntos de gestão financeira e patrimonial.

2 — O conselho administrativo pode delegar a prática de actos de gestão corrente no presidente.

Artigo 5.º-C

Funcionamento do conselho administrativo

1 — O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente.

2 — As deliberações do conselho administrativo são tomadas por maioria simples dos presentes, que têm de ser no mínimo dois, tendo o presidente direito a voto de qualidade.

3 — Os membros do conselho administrativo são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas, salvo se houverem feito exarar em acta a sua discordância.

4 — De todas as reuniões são lavradas actas, assinadas pelos membros presentes.

Art. 3.º É aditado ao Estatuto do Centro o capítulo II-A, sob a epígrafe «Da gestão financeira e patrimonial», que compreende os artigos 13.º-A, 13.º-B, 13.º-C e 13.º-D, com a seguinte redacção:

CAPÍTULO II-A

Da gestão financeira e patrimonial

Artigo 13.º-A

Regime

No âmbito da gestão financeira e patrimonial, o Centro rege-se pelo disposto no presente diploma e nas regras gerais estabelecidas na legislação aplicável aos organismos com autonomia administrativa e financeira.

Artigo 13.º-B

Instrumentos de gestão

- 1 — São instrumentos de gestão do Centro:
- a) Os planos de actividades e financeiros, anuais e plurianuais;
 - b) O orçamento anual;
 - c) O relatório de actividades e a conta de gerência anual.

Artigo 13.º-C

Receitas e despesas

- 1 — Constituem receitas do Centro:
- a) As dotações inscritas no orçamento da Região;
 - b) Os subsídios, participações, doações e legados concedidos por quaisquer entidades;

- c) O produto da venda das publicações;
- d) Outros valores que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídos.

2 — Constituem despesas do Centro as relativas ao funcionamento dos seus serviços e as inerentes à prossecução das suas atribuições.

Artigo 13.º-D

Destino dos saldos findos

Os saldos apurados no fim de cada ano económico transitam para o ano seguinte, a fim de serem utilizados pelo Centro, salvo os relativos às dotações inscritas no orçamento da Região, cujos montantes serão repostos nos respectivos cofres.

Art. 4.º É revogada a alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto do Centro.

Art. 5.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 23 de Janeiro de 1992.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Assinado em 17 de Fevereiro de 1992.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado*.

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/92/M

Definição das condições de licenciamento, transmissão e instalações das escolas de condução na Região Autónoma da Madeira

O ensino da condução automóvel constitui actualmente um dos mais relevantes aspectos a ter em conta numa política de prevenção rodoviária.

Uma boa formação dos condutores contribuirá, necessariamente, para aumentar o factor de segurança dos utentes das vias públicas.

O Decreto-Lei n.º 6/82, de 12 de Janeiro, estabelece o sistema jurídico para o ensino da condução, prevendo, no seu artigo 3.º, a definição, por regulamento, dos requisitos a preencher para concessão de alvarás para abertura de escolas de condução.

Visa, pois, o presente diploma regulamentar as formalidades e requisitos a cumprir para a abertura e funcionamento das escolas de condução, tendo em conta a realidade sócio-económica da Região, por forma a corresponder às necessidades das populações, em face do contínuo desenvolvimento verificado em todos os sectores de actividade existentes.

Assim:

O Governo Regional da Madeira decreta, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, da alínea d) do artigo 49.º e da alínea d) do artigo 30.º da Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, o seguinte:

SECÇÃO I

Licenciamento das escolas de condução

Artigo 1.º — 1 — A concessão de alvará para abertura e funcionamento de escolas de condução depende de apresentação de requerimento pelo interessado.